
A escola primária no Estado de São Paulo: um histórico da organização escolar

Isa Stavracas

Mestranda no Programa de Pós Graduação em
Educação – Uninove;
Licenciatura Plena para Educação Infantil e
Séries Iniciais do Ensino Fundamental – FE-USP.
São Paulo – SP [Brasil]
professoraisa@ig.com.br

Neste artigo, faz-se um breve relato da organização da escola pública no Estado de São Paulo, desde a sua criação, em 1893, até a adoção de um modelo de organização escolar que buscava uma educação popular graduada. Partindo do texto de Gallego (2003), faz-se uma visita à organização curricular, administrativa e pedagógica utilizada no século XIX e às modificações propostas nos ideais escolanovistas. Investigando-se a organização do ensino à época, levantam-se algumas questões sobre a temporalidade na construção curricular, abordando-se a fomentação dos quadros horários, a reorganização das atividades dos professores e as normas que passaram a regulamentar essas ações. As mudanças proporcionadas pelas escolas graduadas nortearam a organização escolar, dando novos parâmetros à prática docente e aos saberes instituídos.

Palavras-chave: Escola graduada. Escola primária.
Fragmentação do saber. Organização de tempo e espaço.
Quadros horários.

1 Introdução: o emprego do tempo – práticas na escola de um só professor e nos grupos escolares

Em 1893, com a introdução dos grupos escolares no Estado de São Paulo, várias características do sistema de ensino primário foram alteradas, provocando mudanças tanto nas concepções de organização do tempo e do espaço quanto nas relações estabelecidas entre seus funcionários. Entre as alterações ocorridas, destaca-se que as matérias, antes eram lineares, passaram a ser seriadas, os alunos deixaram de ser atendidos individualmente, sendo separados, por classes e a divisão de trabalho passou a ser um recurso utilizado com o intuito de impedir as perdas de tempo e valorizar os conteúdos.

Com a fragmentação do saber e a utilização de quadros de horários vislumbrava-se uma nova etapa do processo educativo, que acarretaria profundas mudanças no trabalho do professor, pois o docente seria o principal articulador de ações relativas ao planejamento de suas aulas e à organização do tempo para cada uma delas. A partir da perspectiva de racionalização do tempo e do espaço, o professor passou a organizar seu planejamento de acordo com os conteúdos, respeitando prazos e dedicando-se, quase totalmente, ao trabalho realizado em classe. Com o uso do quadro de horários, o grupo escolar organizou o tempo, dando a cada ação, atividade ou matéria um período determinado. Essa uniformização possibilitou à escola primária o cumprimento das normas e um controle do tempo que atendessem às novas concepções de ensino, demarcando as ações de professores e alunos e uniformizando-as em todo o sistema escolar.

Em 1830, as escolas isoladas, também chamadas de escolas de primeiras letras, contavam

apenas com um professor que, apesar de enfrentar dificuldades, gozava de liberdade de ação e autonomia em suas atividades, na medida em que era o organizador do quadro horário. Essa situação perdurou até a publicação de horários-modelo, que eram supervisionados pelo inspetor. Ele podia alterar o que julgasse necessário e encaminhava o documento à Inspeção do Distrito. Isso não acontecia com os professores que trabalhavam nos grupos escolares, pois eram supervisionados pelos diretores que elaboravam os horários e matérias, enviando-os ao inspetor geral do ensino.

Segundo Saviani (2004), os grupos escolares constituíram um fenômeno tipicamente urbano, uma vez que no meio rural predominaram, por muito tempo, as escolas isoladas. O Grupo Escolar contribuiu para a formação e a seleção das elites e, apenas em 1920, a questão do ensino popular passou a fazer parte da reforma paulista. Segundo Souza (2004, p. 114),

A escola graduada fundamentava-se essencialmente na classificação dos alunos pelo nível de conhecimento em agrupamentos supostamente homogêneos, implicando a constituição das classes. Pressupunha, também, a adoção do ensino simultâneo, a racionalização curricular, controle e distribuição ordenada dos conteúdos e do tempo (graduação dos programas e estabelecimento de horários), a introdução de edifício escolar compreendendo várias salas de aula e vários professores. O modelo colocava em correspondência a distribuição do espaço com os elementos da racionalização pedagógica – em cada sala de aula uma classe referente a uma série; para cada classe, um professor.

Foram estabelecidas normas na configuração de matérias e horários para a estruturação do ensino. Elas atenderiam, de forma mais específica, aos professores tanto de escolas isoladas quanto dos grupos escolares. Para isso, foi criado o Manual do Ensino Público, que dispunha de horários-modelo para cada disciplina, com a finalidade distribuir de modo mais eficiente as matérias nas classes, além de uniformizar o ensino determinando rotinas para os diversos tipos de escola. No decorrer dos anos houve mudanças nos quadros-horários, visando melhorar a distribuição do tempo e das atividades a serem desenvolvidas. Por meio dessa reestruturação do horário, o tempo passou a determinar as ações dos professores e dos estudantes, o que resultou em uma nova forma de organizar o currículo, o principal instrumento de articulação das atividades escolares. Conforme Garcia, citado por Gallego:

[...] a ordenação minuciosa do emprego do tempo, notada nos quadros horários, revela o sentido estrutural que o tempo adquiriu na racionalização curricular, consistindo no instrumento utilizado para arquitetar as frações e as unidades capilares da atividade escolar. (GARCIA, 1999, p. 87 -108).

De maneira gradual, procurou-se homogeneizar o tempo nas escolas, para ter mais controle sobre os grupos e as atividades desenvolvidas.

2 Escola Nova: mudanças de concepções e práticas

A difusão do ideário da Escola Nova na década de 1930 contribuiu a afirmar a oportunidade de propostas diferenciadas para as práticas de

ensino. Os profissionais de ensino, adeptos dessa nova concepção, começam a questionar a educação em que a fragmentação do saber e do tempo determinava as formas de organização escolar. A escola tradicional, como passou a ser chamada, representava um tipo de ensino que não atendia ao educando em todas as suas necessidades de aprendizagem. Conforme Gallego,

Tudo da escola tradicional, como passou a ser chamada a escola anterior ao movimento escolanovista, era questionado e criticado, pois se argumentava que no modelo tradicional de escola não havia tempo nem possibilidade para argumentar, elaborar o pensamento e sua conseqüente expressividade. (GALLEGO, 2003, p. 221).

As revistas da área da educação que circulavam à época passaram a enfatizar o novo modelo de escola, procurando alertar os educadores sobre a importância da mudança de concepções e práticas para um ensino de qualidade, no qual o educando deixa de ser um mero receptor de informações para torna-se sujeito de suas ações.

A Escola Nova, criada no fim do século XIX na Europa e nos Estados Unidos, opunha-se às práticas pedagógicas tidas como tradicionais, almejando uma educação que integrasse o indivíduo à sociedade e, ao mesmo tempo, ampliasse o acesso dos segmentos populares à escola.

Os primeiros grandes inspiradores da Escola Nova foram o filósofo Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) e os pedagogos Heinrich Pestalozzi (1746-1827) e Friedrich Fröbel (1782-1852). O grande nome do movimento na América foi o filósofo e pedagogo John Dewey (1859-1952). Segundo Dewey, a educação é

uma necessidade social e, por isso, as pessoas devem ser aperfeiçoadas para que se assegure a continuidade social e, conseqüentemente, sejam transmitidas suas idéias, crenças e conhecimentos.

Para Dewey, o conhecimento está dirigido para a experiência. As idéias são hipóteses de ação e são verdadeiras quando funcionam como orientadoras dessa ação.

Lourenço Filho nos fala sobre a escola que filósofo americano dirigia no fim do século XIX, na Universidade de Chicago: “As classes deixavam de ser locais onde os alunos estivessem sempre em silêncio, ou sem qualquer comunicação entre si, para se tornarem pequenas sociedades, que imprimissem nos alunos atitudes favoráveis ao trabalho em comunidade.” (LOURENÇO FILHO, 1950, p. 133).

A Escola Nova se desenvolve no Brasil num período de mudanças econômicas, políticas e sociais, proporcionadas pela expansão da cultura cafeeira que trouxe o progresso industrial e econômico, em conjunto com mudanças sutis no modo de pensar do povo. Os intelectuais brasileiros vislumbravam a oportunidade de promover mudanças na sociedade e no desenvolvimento do país e, para isso, amparados em suas idéias de igualdade entre os povos e nos direitos dos cidadãos ao ensino público de qualidade, viram na educação a porta aberta para a superação de antigas concepções.

A Escola Nova ganhou força na década de 1930, após a divulgação do Manifesto dos Pioneiros, no qual se defendia o direito à escola pública, laica e gratuita. Nesse contexto, nomes como o de Anísio Teixeira (1900-1971) e Manoel Bergström Lourenço Filho (1897-1970), que se destacaram como aliados na consolidação da Escola Nova no Brasil, viam nela a oportunidade de construção da cidadania e da liberdade, na qual a democracia era um elemento norteador das condutas sociais e políticas.

Para concretizarem seus propósitos de mudança, os impulsionadores da Escola Nova substituíram a ênfase na transmissão de conhecimentos pela educação por meio da experiência, tornando o aluno autônomo e liberto da opressão do adulto, que desconsiderava seus conhecimentos prévios. Essa nova concepção compreende a escola a partir de quatro princípios: a socialização, a centralidade do indivíduo no processo de aprendizagem, a equalização das desigualdades sociais e o aprendizado da democracia.

Na Escola Nova, os métodos do professor, que funciona como um orientador, substituem os métodos da “educação por modelos”, que reproduz e perpetua valores que integram o aluno à sociedade de forma passiva. Ao contrário disso, a nova escola relaciona-se com a vida e com as experiências pessoais do aluno que é levado a entender e trabalhar sua criticidade, numa escola que se deseja cada vez mais aberta e na qual a individualidade e a voz de cada um se possam fazer ouvir de uma forma diferente.

A Escola Nova, por seu movimento inovador, recebeu muitas críticas daqueles que viram, na sua concepção, uma forma de ensino espontaneísta e desregrada. Ela foi acusada de não exigir nada, de abrir mão dos conteúdos tradicionais e de acreditar na liberdade e autonomia dos alunos. Apesar de todo o seu sucesso, não conseguiu modificar, de maneira significativa, o modo de operar das redes de escolas e, em razão disso, foi perdendo força sem chegar a alterar o cotidiano escolar. Diante desse insucesso, acabou prevalecendo nas escolas a ordenação de tempos e horários que desconsideravam o aluno e serviam de controle às práticas escolares.

Apesar das tentativas de autores e inspetores em divulgar as idéias escolanovistas, não houve mudanças significativas no processo, uma vez que se evidenciavam os interesses econômicos orientadores

das políticas organizacionais nas quais as escolas estavam inseridas.

Segundo Gallego:

A organização temporal na escola ativa pretendia romper com a ordem estabelecida na chamada escola tradicional. Infelizmente, não se conseguiu saber em que medida tais idéias foram incorporadas, tampouco como foram incorporadas, mas é significativo considerar que a escola com o tempo segmentado sofreu duras críticas pelos adeptos da Escola Nova. (GALLEGO, 2003, p. 226).

Como as propostas da Escola Nova precisavam de um ambiente diferente do tradicional para a sua implantação, ela ficou, na prática, restrita, a algumas experiências. A proposta do movimento escolanovista, que retira do professor a centralidade do processo ensino-aprendizagem, para dar ao aluno condições de acesso ao saber por meio de suas próprias experiências, acabou sendo alvo de críticas de outros educadores.

As idéias e experiências dos autores da Escola Nova, mesmo que contenham algumas concepções que não compreendam, na sua totalidade, o atual ensino no Brasil, podem continuar sendo fonte de informações e de inspiração pedagógica para aqueles que ainda acreditam em uma educação que privilegie a aprendizagem em lugar do ensino e a centralidade do processo educativo na criança.

3 Considerações finais

A implantação dos grupos escolares alterou o curso da história do ensino público primário no

país, haja visto que as principais características de sua proposta de organização curricular, administrativa e pedagógica – o ensino simultâneo e seriado; as relações de poder na escola, com hierarquias estabelecidas por meio de cargos atribuídos (diretor, coordenador pedagógico, professor etc.); a renovação dos saberes escolares; a política de emprego do tempo, e uma estrutura arquitetônica construída especificamente para esse fim, que permite o agrupamento de salas em um único prédio. – continuam a fazer parte das práticas atuais nas escolas

Esse modelo de organização escolar, apesar de todas as críticas do escolanovismo, continua presente nos moldes do ensino público como forma de controlar as práticas escolares e garantir efetiva submissão social aos valores por ela estabelecidos. Em pleno século XXI, as tentativas de mudança esbarram em velhas concepções de ensino, que de tão arraigadas, dificultam a implantação de alternativas voltadas para uma reorganização dos princípios educativos que norteiam as concepções pedagógicas.

Neste artigo, procurou-se evidenciar práticas de ensino decorrentes das concepções e idéias fomentadas por ações políticas e sociais de uma época e que foram responsáveis por uma organização escolar que se perpetuou ao longo das décadas e que constituiu a base para o processo de ensino-aprendizagem nas redes escolares.

As tendências pedagógicas, concepções que caminharam, lado a lado, com os grupos escolares, têm sua origem nos movimentos que nortearam e norteiam cada momento histórico. A dialogicidade entre elas ocorre na medida em que representam desejos da sociedade por ações e práticas que auxiliem na construção do conhecimento e corroborem a educação justa para todos.

O maior desafio que se enfrenta no século XXI é superar as heranças deixadas no ambiente educacional desde o séc. XIX e encontrar saídas para a atual crise das instituições escolares que, em suas velhas salas de aula, ainda buscam um fim em si mesmas.

The primary school in the State of São Paulo: a description of the pertaining to school organization

This article makes a brief story of the public school in the State of São Paulo since its creation in 1893, as proposal of meeting of isolated schools grouped and a new model of pertaining to school organization that, being based on the education of European countries and the United States, searched a model of graduated popular education. Breaking of the text presented for Gallego (2003), becomes a visit to the curricular, administrative and pedagogical organization used in century XIX and the modifications proposals for the “escolanovistas” ideals brought for Brazil during the government of Getúlio Vargas. Through the inquiry of the organization of used education at the time, some questions are arisen on the temporality in the curricular construction, approaching the types of existing schools, the fomentation of the hourly pictures, the reorganization of the activities of the professors and the norms that had passed prescribed it these actions. The changes offered by schools graduated guided the school, giving new parameters to practice teaching and learning place.

Key words: Graduated school. Hourly pictures. Knowledge fragmentation. Primary school. Time and space organization.

Referências

LOURENÇO FILHO, M. B. *Introdução ao estudo da Escola Nova*. São Paulo: Melhoramentos, 1950. p. 133.

GALLEGO, R. C. *Uso (s) do tempo: a organização das atividades de professores e alunos nas escolas primárias paulistas (1890-1920)*. Dissertação. (Mestrado em Educação)- Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2003.

SAVIANI, D. O legado educacional do “longo século XX” brasileiro. In: SAVIANI, Dermeval et. al. *O legado educacional do século XX no Brasil*. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

SOUZA, R. F. Lições da escola primária. In: SAVIANI, Dermeval (et. al). *O legado educacional do século XX no Brasil*. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

recebido em 7 ago. 2007 / aprovado em 27 out. 2007

Para referenciar este texto:

STAVRACAS, I. A escola primária no Estado de São Paulo: um histórico da organização escolar. *Dialogia*, São Paulo, v. 6, p. XX-XX, 2007.